



Foto: Arquivo Atos

Cachoeira tem confusão sobre crédito suplementar

Um vídeo publicado nas redes sociais movimentou nos últimos dias o cenário político de Cachoeira Paulista. Na postagem, um morador lembra que foi aprovada pela Câmara uma emenda com alteração na arrecadação do crédito suplementar de 18% para 12%, provocando uma perda no direito de repasse de verbas federais e estaduais em 6%. A situação gerou polêmica e colocou em xeque o entendimento dos vereadores sobre o que estariam votando. No vídeo, um trecho da audiência pública para debater a LOA (Lei Orçamentária Anual) 2024 traz uma fala do secretário de Finanças, Thales Satim, que aponta para a falha dos parlamentares.

Pág. 7



Celão segue fora da Câmara

Celão dispara após o “não” da Câmara: “de forma covarde”

Vereador cassado não consegue retomada de mandato após votação que mantém decisão de 2022; debate deve seguir na Justiça Comum

A Câmara de Guaratinguetá rejeitou os pedidos feitos pelo ex-vereador Marcelo Coutinho, o Celão (PSD), para a revogação da decisão que determinou sua cassação e para a suspensão dos efeitos dessa decisão

enquanto perdurar o julgamento do habeas-corpus do seu caso na Justiça Comum. Após o resultado, ele não escondeu o descontentamento com a posição tomada pela Casa. Pautado na ordem do Supremo Tribunal Federal

que suspendeu temporariamente o processo criminal instaurado contra o ex-vereador e demais servidores envolvidos por falha no acesso de dados à defesa, e a aprovação de seu mandato na presidência da Câmara

em 2020 pelo Tribunal de Contas do Estado, o vereador, cassado por quebra de decoro por improbidade administrativa em 2022, tentou reverter sua situação no Legislativo.

Pág. 3

CPI pede que denúncia seja arquivada após locação irregular para o Poupatempo de Aparecida

Os membros da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que analisa denúncia contra o prefeito de Aparecida, Luiz Carlos de Siqueira, o Piriquito (Podemos), se reuniram na terça-feira (3) para analisar o relatório elaborado pelo vereador José Fábio Borges (PTB), que optou pelo arquivamento do processo. O chefe

do Executivo foi denunciado pela locação de uma casa, que funciona como sede do Poupatempo na cidade. O presidente da CPI, Luís Fernando de Castro Rocha, o Gu Castro (PSDB), e a vereadora Liliane Gabriele dos Santos (PL), que é membro, decidiram votar a favor do relatório.

Pág. 3

Preocupação com criminalidade leva população a cobrar ações do Estado e Prefeitura de Cruzeiro

Foto: Kassiane Ribeiro



O prefeito Thales Gabriel aborda novas ações para a segurança pública

Cidade com o maior índice de homicídios, de acordo com levantamento da secretaria de Segurança Pública do Estado, Cruzeiro continua um desafio para o poder público e a própria população, que não mostra confiança no dia a dia do município. Nas últimas

semanas, as notícias de ampliação no monitoramento e novo planejamento de delegacias deram mostras de movimentação no combate ao crime. Os recentes homicídios em Cruzeiro alarmaram a população, que se sente insegura.

Pág. 5

Prefeitura de Aparecida lança Refis para alavancar arrecadação

Os moradores de Aparecida que possuem dívidas com impostos municipais receberam uma boa notícia no último fim de semana. A Prefeitura lançou

o Refis (Programa de Incentivo à Regularização Fiscal), que concede anistia sobre juros e multas de pendências.

Pág. 7



Foto: Reprodução

Animais resgatados em Pinda, depois de denúncia de maus-tratos; denúncias levaram a prisão do tutor

Homem é preso por maus-tratos contra animais em Pinda

Acusado de cometer maus-tratos contra dois cães, um morador de Pindamonhangaba foi preso na tarde da quinta-feira (5). Desnutridos, os cachorros foram resgatados e encaminhados ao Cepatas (Centro de Proteção e Atendimento aos Animais).

Pág. 6

Lorena atinge 53% na troca por lâmpadas LED nas ruas

A Prefeitura de Lorena está trocando as antigas lâmpadas de vapor de sódio por LED. Até o momento, 53% de toda a iluminação pública já foi modernizada. O bairro da Cabelinha teve a troca finalizada, que incluiu algumas ruas da região central.

Pág. 3

Câmara ouve interventor da Santa Casa de Cachoeira

A pouco mais de um mês na Santa Casa de Misericórdia São José, de Cachoeira Paulista, o empresário e interventor Renato Marton participou da sessão da Câmara na terça-feira (3) para tirar dúvidas dos vereadores sobre a nova fase do hospital. A possibilidade do fim da intervenção da Prefeitura, cortes com gastos desnecessários e as perspectivas a respeito do futuro do atendimento foram alguns dos temas debatidos.

Pág. 4

Caraguatatuba embarga obras clandestinas em área de risco

Uma operação conjunta entre a Prefeitura de Caraguatatuba e a Polícia Militar Ambiental flagrou na quarta-feira (4) obras irregulares no bairro Jardim Santa Rosa.

Pág. 8



Foto: Reprodução

Atendimento de bombeiros durante ocorrência em Pinda

Pinda renova por mais dez anos para contar com Bombeiros

A Prefeitura de Pindamonhangaba e o Corpo de Bombeiros celebraram na quinta-feira (5) a renovação do convênio de apoio municipal à atuação da corporação na cidade por mais

uma década. Durante a oficialização do acordo, o prefeito Isael Domingues (PL) anunciou que o Executivo pretende construir uma nova sede para a instituição.

Pág. 5

HYUNDAI
HMB | SOLIVA MOTORS

Av. Padroeira do Brasil, 680 - Aparecida - SP

**OFERTA IMPERDÍVEL!**

New Creta Limited

Entrada + 48x de

R\$ 1.375,00

+ Parcela Final

Câmara de Guará rejeita pedidos de Celão, que dispara: “de forma covarde, de forma maldosa”

Vereador cassado não consegue retomada de mandato após votação que mantém decisão de 2022

Fabiana Cugolo
Guaratinguetá

A Câmara de Guaratinguetá rejeitou os pedidos feitos pelo ex-vereador Marcelo Coutinho, o Celão (PSD), para a revogação da decisão que determinou sua cassação e para a suspensão dos efeitos dessa decisão enquanto perdurar o julgamento do habeas-corpus do seu caso na Justiça Comum. Após o resultado, ele não escondeu o descontentamento com a posição tomada pela Casa.

Pautado na ordem do STF (Supremo Tribunal Federal), que suspendeu temporariamente o processo criminal instaurado contra o ex-vereador e demais servidores envolvidos por falha no acesso de dados à defesa, e a aprovação de seu mandato na presidência da Câmara em 2020 pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado), o vereador, cassado por quebra de decoro por improbidade administrativa em 2022, tentou reverter sua situação no Legislativo.

Ambos os pedidos, protocolados no início de setembro, foram rejeitados por 8 votos contrários a 1 abstenção, de Orville Teixeira (PSD), que é suplente de Celão.

Na quarta-feira, a Câmara apresentou um parecer técnico, elaborado pelo departamento jurídico. “Pode haver uma certa confusão. Não houve aquela ‘suspensão do processo criminal?’, de fato houve sim, uma liminar determinando a suspensão do processo, mas são instâncias distintas. O processo da Câmara é um processo diferente, lá nós temos um processo de natureza jurídica, e aqui é um processo de natureza político-administrativa. Embora sejam tratadas as mesmas questões, a forma como você julga um é diferente da forma como julga o outro. Aqui se faz o juízo político, independentemente de motivação e fundamentação jurídica”, apontou o procurador do Legislativo, Luís Flávio César Alves.

Para a reportagem do



Celão, no período em que presidiu a Câmara; decisão de vereadores mantém a suspensão do mandato

Jornal Atos, o ex-vereador destacou que após a negativa da Casa, irá acionar a Justiça para uma nova

tentativa de retomada de mandato. “É um direito meu, hoje me encontro fora do exercício do meu man-

dato de forma covarde, de forma maldosa. Nós temos um processo que envolve 13 réus, e desses (todos),

com a minha exceção, seguem trabalhando normalmente. Todos os servidores da Câmara que fazem parte desse processo estão exercendo suas funções, todos os empresários que fazem parte desse processo estão também em plena atividade com suas empresas e eu sou o único deste processo que está pagando de forma antecipada”, questionou Celão.

Mais ponderado na semana anterior à votação, o vereador cassado destacou que viu a decisão como uma escolha sobre a política em detrimento de fatos que cercam o processo. “A Câmara prefere fazer média com algumas pessoas, do que analisar e julgar um caso. Sempre disse que eu gostaria que fosse julgado ali o caso, e não a pessoa do Marcelo Coutinho, o Celão, mas pelo visto os vereadores não têm essa capacidade, não têm esse preparo e acabam deixando de lado essa avaliação, e preferem fazer uma análise, mesmo, pessoal”.

CPI sinaliza arquivamento de denúncia por locação irregular de sede do Poupatempo em Aparecida

Câmara vota dia 16 o relatório que não viu erro em acerto entre prefeito e ex-sogra; denúncia aponta ainda dispensa de licitação

Andréa Moroni
Aparecida

Os membros da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que analisa denúncia contra o prefeito de Aparecida, Luiz Carlos de Siqueira, o Piriquito (Podemos), se reuniram na terça-feira (3) para analisar o relatório elaborado pelo vereador José Fábio Borges (PTB), que optou pelo arquivamento do processo. O chefe do Executivo foi denunciado pela locação de uma casa, que funciona como sede do Poupatempo na cidade.

O presidente da CPI, Luís Fernando de Castro Rocha, o Gu Castro (PSDB), e a vereadora Liliâne Gabriele dos Santos (PL), que é membro, decidiram votar a favor do relatório. Na justificativa, Borges afirmou que o processo já corre na esfera judicial e não seria necessária outra investigação na Câmara. Agora o pedido de



Sede do Poupatempo, no Centro de Aparecida, que gerou polêmica; arquivamento de CPI será votado dia 16

arquivamento será votado no plenário na próxima sessão ordinária, no dia 16.

O pedido de CPI foi apresentado pelo vereador André Monteiro (Patriota), que teve como base a denúncia do MP (Ministério Público) sobre o aluguel do prédio onde funciona a agência do Poupatempo na cidade. A Justiça de Aparecida aceitou denúncia do MP.

A proprietária do imóvel é Mara Aparecida Braga Vieira, ex-sogra do prefeito Luiz Carlos de Siqueira e mãe da vereadora governista Ana Alice Braga Vieira. Segundo o MP, não foram observadas as formalidades para contratação. “Não foi realizado prévio procedimento licitatório ou, ainda, dispensa de licitação, tudo para agir em benefício da ex-sogra do prefeito”.

Com base na denúncia, a juíza Luísa Tostes de Oliveira deferiu o pedido de suspensão de qualquer pagamento

da Prefeitura de Aparecida diretamente à Maria Aparecida em decorrência do contrato de locação, sob pena de multa diária no valor de R\$ 10 mil, devendo o Município depositar em juízo o valor do aluguel, para resguardar o interesse da locadora para a hipótese de improcedência da ação.

Outro lado – O prefeito garantiu que buscou um local que atendesse as exigências técnicas para a instalação do Poupatempo. “O que eu entendi é que a Praça São Benedito era o local mais adequado para se instalar o serviço, bem no centro da cidade. Nunca tive a intenção de beneficiar quem quer que seja”.

Piriquito afirmou que a Câmara tem o poder legítimo de investigar, “[...] e que essa investigação seja justa, de interesse público. Eu estou à disposição para fornecer todas as informações que forem solicitadas”.

Com R\$ 3 milhões, Lorena ultrapassa 53% na implantação de LED na iluminação pública

Da Redação
Lorena

A Prefeitura de Lorena está trocando as antigas lâmpadas de vapor de sódio por LED. Até o momento, 53% de toda a iluminação pública já foi modernizada. O bairro da Cabelinha teve a troca finalizada, que incluiu algumas ruas da

região central da cidade. Ao todo, 272 lâmpadas foram substituídas por LED naquela região.

O Município destaca que a troca de iluminação deve representar uma economia de aproximadamente 40% com gastos de energia aos cofres públicos.

Já foram instalados mais de 4.020 pontos de LED desde

2021, com investimento superior a R\$ 3 milhões, entre recursos da Prefeitura e convênios estaduais. O objetivo é atender todos os bairros da cidade de forma gradual.

A previsão do governo municipal é alcançar a marca de 100% do parque de iluminação pública substituída por LED até o final de 2024. Além de melhorar a iluminação das

ruas e praças, gerando mais segurança para a população, a troca pelo sistema de LED proporciona maior proteção ambiental, já que reduz a emissão de CO² e não produz luz ultravioleta e infravermelha.

A Prefeitura informou que as lâmpadas de LED possuem longa vida útil, com baixo custo de manutenção e alta eficiência.

ENDOSCOPIA + COLONOSCOPIA

EXAMES COBERTOS POR DIVERSOS CONVÊNIOS E PARTICULAR

COMPROMISSO COM A SUA SAÚDE GASTROINTESTINAL

- Diagnóstico precoce
- Prevenção e tratamento
- Vida mais saudável

Na Santa Casa de Lorena, sua saúde é a PRIORIDADE!

- Profissionais qualificados
- Tecnologia avançada
- Atendimento humanizado

Agende agora mesmo os seus exames, pelo WhatsApp

(12) 98891-5484

Responsável Técnico: Dr. José Reinaldo Araújo Vilela (CRM: 110427 - SP)

ACELERE SUA BANDA LARGA COM ESTA OFERTA IMPERDÍVEL

(12) 99149-8239 | (12) 3301-6009

LOJA CLARO - R. Dr. Rodrigues de Azevedo, 79 - Centro - Lorena

Promocionalmente, oferta de 500 mega por R\$ 59,90 por mês nos três primeiros meses; após esse período, o valor será de R\$ 99,90 por mês. A rede não é composta integralmente por fibra ótica; o trecho final de conexão é composto por cabos coaxiais. Oferta: Consulte disponibilidade técnica, condições de contratação, restrições da oferta e mais informações em www.claro.com.br ou ligue para 1052, válida até 31/7/2023 e sujeita à análise de crédito, permanência mínima de 12 meses, pagamento em débito automático e fatura digital.

Fibra+
500 MEGA

POR APENAS **R\$ 59,90** /MÊS, POR 3 MESES
APÓS, R\$ 99,90 POR MÊS



Claro

Na Câmara, interventor da Santa Casa de Cachoeira debate planos para o hospital

Fim da intervenção, cortes com gastos e volta do centro cirúrgico são alguns dos temas apresentados

Thales Siqueira
Cachoeira Paulista

A pouco mais de um mês à frente da Santa Casa de Misericórdia São José, de Cachoeira Paulista, o empresário e interventor Renato Marton participou da sessão da Câmara realizada na terça-feira (3) para tirar dúvidas dos vereadores sobre a nova fase do hospital. A possibilidade do fim da intervenção da Prefeitura, cortes com gastos desnecessários e as perspectivas a respeito do futuro do atendimento foram alguns dos temas debatidos.

A Santa Casa foi intervencionada em 1997. A mediação, que deveria ter durado no máximo dois anos, permanece até os dias atuais, em meio a crises que chegaram a paralisar o atendimento por diversas oportunidades.

No plenário, um dos questionamentos feitos a Marton foi a respeito do corte de gastos. Para melhorar a situação financeira da Santa Casa, o novo gestor montou um grupo de médicos eliminando a necessidade de escala e



Entrada da Santa Casa de Cachoeira; interventor debate com a Câmara perspectivas futuras para o hospital

sobreaviso. Anteriormente, cada médico ganhava R\$ 800 para ficar de sobreaviso e mais R\$ 800 para fazer a remoção de um paciente de Cachoeira para Lorena ou Cruzeiro. Para Taubaté, eram pagos R\$ 1.200 a cada profissional. "O médico que sai hoje de Cachoeira para Lorena ou Cruzeiro ganha

R\$400 na remoção, se ele for para Taubaté ganha R\$ 500", destacou o interventor, que disse ainda que outra situação que lhe chamou atenção foram das horas extras. "No mês de agosto tivemos um custo de horas extras de R\$ 25 mil. Hoje, devido às nossas internações compulsórias, atingimos a casa

de R\$ 5 mil, uma economia gigantesca sem atrapalhar a saúde pública".

Ao total já foram economizados, aproximadamente, R\$ 100 mil com cortes em despesas desnecessárias.

Outro apontamento feito pelos vereadores foi sobre a busca pelas certidões nega-

tivas de débitos e a regularização das licenças da Santa Casa para possibilitar o atendimento de convênios e novas especialidades. O objetivo, segundo Marton, é estancar as dívidas, parcelar os débitos e liberar o CNPJ da Santa Casa das restrições aplicadas. "Com essa liberação, teremos a disponibilidade de receber verbas parlamentares, o que nos possibilita a liberação da intervenção municipal, além de podermos voltar a atender os planos de saúde e consultas particulares".

Em relação à volta do funcionamento do centro cirúrgico, possibilitando a realização de partos e nascimentos, ele acredita ser necessária a construção de um expurgo que seria um local para descarte dos resíduos hospitalares e materiais infecciosos provenientes do atendimento médico ou de cirurgias. A proposta aguarda aprovação de órgãos técnicos.

O interventor contou que o hospital foi agraciado com investimento para início das obras. Após essa fase é necessário as certificações da Anvisa, ANS, CRM, Cremesp.

"O processo não é curto, mas será realizado".

Sobre o transporte dos pacientes, há divergência sobre a necessidade de a Santa Casa fornecer o serviço na volta para casa após o atendimento. "Esse é um assunto bem delicado, é preciso humanizar o atendimento da Santa Casa, mas existem situações que fogem da humanização e passam a ser de ordem pública. Possuímos apenas duas ambulâncias destinadas à urgência e emergência. Ao deslocar uma ambulância para o transporte de um paciente para um bairro distante, acabamos por inverter a ordem dos fatores, pois não temos como efetuar a busca daquele que realmente necessita", ponderou Marton.

Ao final, o novo interventor fez um balanço da sua gestão que teve início no dia 1 de setembro. Foi colocada em prática um trabalho de auditoria, com apoio de voluntários, para selecionar as prioridades. "Um mês de trabalho intenso, evidente que trinta dias ainda é pouco, mas acredito que temos uma grande chance de recuperar a Santa Casa".

Pinda renova por mais dez anos com o Corpo de Bombeiros

Parceria conta com investimento anual superior a R\$ 850 mil; Prefeitura planeja construir nova sede para a corporação

Lucas Oliveira
Pindamonhangaba

A Prefeitura de Pindamonhangaba e o Corpo de Bombeiros celebraram na quinta-feira (5) a renovação do convênio de apoio municipal à atuação da corporação na cidade por mais uma década. Durante a oficialização do acordo, o prefeito Isael Domingues (PL) anunciou que o Executivo pretende construir uma nova sede para a instituição.

Prevendo um investimento municipal anual de R\$ 852

mil, o convênio foi assinado por Domingues e o capitão do Corpo de Bombeiros, Paulo Roberto Reis, durante uma reunião no Paço Municipal. Além do vice-prefeito e secretário de Governo e Serviços Públicos, Ricardo Piorino, o ato foi presenciado pelo secretário de Segurança Pública, Fabrício Pereira, pelo presidente da Câmara, Norberto Moraes, o Norbertinho (PP), e pelos vereadores, José Carlos Gomes, o Cal (Republicanos), Rogério Ramos (Podemos) e Regina Santos, a Regininha (PL).

O documento estabelece

que o Município prosseguirá pelos próximos dez anos promovendo a limpeza e manutenção do prédio da corporação, fornecendo alipical. Além do vice-prefeito e determinados equipamentos aos profissionais e disponibilizando combustíveis e lubrificantes às viaturas. Em contrapartida, o Governo do Estado seguirá responsável pelo pagamento dos salários dos bombeiros e o fornecimento de uniformes e ferramentas essenciais de trabalho.

Há 41 anos contando com a parceria da Prefeitura, o Corpo de Bombeiros atua na

prevenção e combate a incêndios, resgate de animais e socorro às vítimas de acidentes domésticos, de trânsito e de eventos da natureza como enchentes, deslizamentos de terra e desabamentos.

Futuro - Atualmente instalado em um prédio na rua São João Bosco, no bairro Santana, o Corpo de Bombeiros poderá passar a contar com um novo espaço. Apesar de não revelar prazos e o valor da obra, Domingues anunciou que pretende via-

bilizar a construção da nova sede da corporação. "O local já está definido, será próximo à Fatec e à via estrutural, que vai ligar a estrada Pinda-Moreira César até a Zona Leste, passando ao lado da siderúrgica GV e Novelis. Este ponto facilitará o deslocamento dos bombeiros, que poderão se dirigir com mais agilidade para ocorrências no distrito de Moreira César, Zona Leste, Área Central e a todas as regiões conectadas com o anel viário".

Piorino também revelou detalhes do projeto e destacou sua importância. "Nossa intenção é que seja um prédio bem maior, mais adequado e moderno para atender as necessidades da corporação, que naturalmente aumentam com o crescimento da cidade. Com isso, o Corpo de Bombeiros poderá continuar trabalhando com excelência em Pinda e realizar os atendimentos de forma ainda mais rápida".

PAF
Plano Assistencial Familiar N. S. de Fátima

ADMINISTRAÇÃO:
Fabrício Ramos, Fátima Ramos e Adevaldir Ramos

CONHEÇA AS VANTAGENS DE SER UM ASSOCIADO

PLANO A	PLANO B
CADEIRA DE RODAS, CADEIRA DE BANHO, MULETA, ANDADOR, COLCHÃO D'ÁGUA, DESCONTOS DE MÉDICOS, LABORATÓRIOS, RAIOS X, DENTISTAS, CONSULTAS GRÁTIS COM MÉDICO PEDIATRA, (UMA CONSULTA POR MÊS) CARRO SAÚDE ASSISTÊNCIA À FUNERAL (FUNERAL COMPLETO)	DESCONTOS DE MÉDICOS, LABORATÓRIOS, RAIOS X, DENTISTAS, ASSISTÊNCIA À FUNERAL (FUNERAL COMPLETO)
R\$ 60,00	R\$ 45,00
	PLANO C
	ASSISTÊNCIA À FUNERAL (FUNERAL COMPLETO)
	R\$ 35,00

CREMAÇÃO Plano VIP
(Carência - 90 dias)
Velório PAF gratuito para associados
Temos Planos sem Carência

ATENDIMENTO 24 horas (12) 3152-5247

Evite stress na hora de pagar consultas e exames!

Adquira seu plano CAS a partir de: **R\$61,46***

*Plano Ambulatorial. Faixa etária de 0-18 anos com coparticipação

SAIBA MAIS

(12) 99148-2196

Violência preocupante em Cruzeiro faz Prefeitura e Estado se movimentarem

Enquete do Jornal Atos dá mostras de que população espera por reforços; tráfico de drogas é maior motivador

Fotos: Kassiane Ribeiro



O delegado Seccional de Cruzeiro, João Paulo de Oliveira, que atua na reformulação do atendimento regional; o prefeito Thales Gabriel aposta no reforço material com apoio do Estado

■ Kassiane Ribeiro
Cruzeiro

Cidade com o maior índice de homicídios, de acordo com levantamento da secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP), Cruzeiro continua um desafio para

o poder público e a própria população, que não mostra confiança no dia a dia do município. Nas últimas semanas, as notícias de ampliação no monitoramento e novo planejamento de delegacias deram mostras de movimentação no combate ao crime.

Os recentes homicídios em Cruzeiro alarmaram a população, que se sente insegura.

O estudo da SSP, que leva em conta taxas de homicídio doloso por 100 mil habitantes, entre agosto de 2022 e julho de 2023, divulgado há dois meses, colocou a cidade

com os índices mais preocupantes na proporção. No período em que a RMVale (Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte) atingiu 314 pessoas assassinadas, Cruzeiro apareceu com índice de 33,78 vítimas por 100 mil habitantes.

O ranking tem ainda Lorenna (32,39), Caraguatatuba (25,91), Guaratinguetá (19) e Caçapava (15,67).

Em agosto, mais seis assassinatos elevaram a taxa deste ano para 24 homicídios nos oito primeiros meses, uma leve queda, se comparada ao mesmo período do ano passado, quando Cruzeiro registrou 25 mortes.

Delegado responsável pela Seccional de Cruzeiro, João Paulo de Oliveira, atribui o atual cenário às guerras de gangues de diferentes bairros. “São jovens muitas das vezes, em sua grande parte envolvidos em atos de tráfico de drogas ou roubo, e que acabam em uma disputa territorial, aí se matando”, explicou.

Ele destacou que é necessária uma ação das polícias (Civil e Militar), além do Município, para inibir a criminalidade. Para otimizar os atendimentos e investigações, os distritos de Cruzeiro passaram por uma reestruturação, que consistiu na centralização dos

atendimentos à população na Delegacia Seccional, que funciona como uma Central de Polícia Judiciária. O plantão, a partir dessa semana, passa a funcionar 24 horas todos os dias, permitindo que as outras delegacias possam direcionar seus trabalhos às investigações em andamento.

Oliveira entende que o controle da onda de violência demanda tempo para ser solucionado, mas vê com otimismo as perspectivas das operações. “Tenho a absoluta convicção de que vamos conseguir resolver esse problema, só que a gente precisa do tempo. A gente sabe que não é em um passe de mágica que se resolve problema de segurança pública, mas temos trabalhado com consistência e com comprometimento”.

Entre as ações dos últimos anos, o aumento no efetivo e armamento da Guarda Municipal, investimento na iluminação pública e ampliação das câmeras no COI (Centro de Operações Integradas) são comemoradas pelo Município. A cidade faz parte do bloco atendido pelo primeiro pacote do projeto Cinturão Eletrônico (Muralha Paulista), que distribuirá 108 câmeras. Cruzeiro receberá dez aparelhos.

Para o prefeito Thales Gabriel Fonseca (PSD), a tendência é que com os esforços em conjunto das polícias, do Estado, e do Município, os índices diminuam. “Todas as nossas energias, grande parte delas serão dedicadas a crianças e jovens que serão a sociedade daqui a cinco, dez anos”.

Apesar das ações para reverter a perspectiva, nas ruas o principal sentimento é o medo. A reportagem do **Jornal Atos** foi às ruas ouvir a população sobre o dia a dia na cidade, com índices alarmantes de criminalidade.

ENQUETE

O que é preciso fazer para inibir a violência em Cruzeiro?

Fotos: Leandro Oliveira



Sabrina Menezes, 35 anos, administradora, Parque Dona Arminda Candida de Jesus

“Estamos largados, não tem segurança, não tem emprego pros jovens e adolescentes, não tem ensino direito. Deveria melhorar, dar mais trabalho para os jovens, um estágio. As escolas ao invés de melhorar, só pioram! Mudaram os horários de escola das crianças, eles entram duas horas da tarde e saem nove horas da noite, como é que um jovem vai fazer um estágio nesse horário de escola?”



José Benedito Venâncio, 65 anos, jardineiro, Vila Paulo Romeu

“É difícil. Você põe um filho seu pra passear, está arriscado a gente levar tiro também, porque os caras estão dando tiro a olho, entendeu? Olha, eu estava na Vila Batista de dia, fiquei umas duas horas, os caras deram três tiros, de dia. Está um perigo danado, tem que ir em São Paulo e ver o que pode trazer de lá. O prefeito tem que olhar pra esse lado”.



Gabriele Diniz, 24 anos, autônoma, Vila Paulo Romeu

“Acho que tinha que ter mais segurança pra gente aqui em Cruzeiro, principalmente a gente que trabalha com essas coisas de algodão doce nas ruas, fazendo festa, porque somos só eu e a minha mãe, e a gente é sozinha. Eu acho que tem que ter mais segurança, fazer alguma coisa. Talvez colocar mais guardas em vários lugares da cidade, porque a coisa está complicada”.



Evandro Tomaz, 49 anos, multifuncional, Parque Dona Arminda Candida de Jesus

“Olha, ultimamente não (me sinto seguro) né, porque o perigo está em todo lado aqui na cidade. Não é criticando as pessoas, mas sim pedindo uma atenção maior para a segurança. A gente precisa, a gente vê que a segurança precisa ter muito mais uma ação maior, que ponha mais polícia nas ruas. Hoje tem mais câmeras pra fiscalizar e isso está ajudando muito nesse trabalho”.



Francisca Diniz, 63 anos, autônoma, Vila Romana

“Para falar a verdade, não me sinto segura andando e trabalhando em Cruzeiro por causa dessa violência. E não só no Centro, não me sinto segura em nenhum lado. Acho que o que estamos precisando é mais policiamento e ter uma casa pra poder acolher os jovens, pra eles poderem trabalhar, porque não tem serviço. O que eles vão fazer? Coisa errada, claro”.



Raquel Gomes Ribeiro, 37 anos, dona de casa, Jardim América

“Acho que para acabar com essa situação, precisamos ter mais polícia nas ruas. Eu não consigo me sentir segura aqui na nossa cidade. A violência aqui em Cruzeiro está geral, né? Qualquer lugar que a gente vai por aqui, está muito perigoso. Isso assusta. Acho que ter mais polícia cuidando disso nos bairros, nas ruas, é bom. Vamos ver se a coisa melhora”.



Adriano Sávio Clemente Souza, 46 anos, montador, Jardim América

“O que a gente tem que ter é mais segurança, mais polícia, mais viatura. Eu acho que já coíbe um pouco, se tiver mais viaturas no caso dos eventos, nos bairros. Mas assim, eu me sinto seguro. Dá pra andar sim, mas a gente não pode abusar, tem que andar onde conhece, onde tem gente conhecida. Tem que ter bastante amizade. E onde a gente não conhece, a gente vai, e vai caminhando”.



Alexandre Santos, 43 anos, metalúrgico, Vila Pontilhão

“Hoje, pra você andar a noite é mais complicado. Não me sinto seguro a noite por causa da violência. Eu acho que o Município já tá fazendo algo, já começou a colocar essas câmeras, mas acho que tinha que ter mais policiamento. Pela inteligência deles, sabem os pontos certos. Acho que eles precisam atacar esses pontos para que a população possa ter mais segurança”.

Emenda na LDO cria confusão sobre limite para crédito suplementar em Cachoeira

Votação modifica sistema de arrecadação de repasses; secretário de Finanças e Câmara debatem

Thales Siqueira
Cachoeira Paulista

Um vídeo publicado nas redes sociais movimentou nos últimos dias o cenário político de Cachoeira Paulista. Na postagem, um morador lembra que foi aprovada pela Câmara uma emenda com alteração na arrecadação do crédito suplementar de 18% para 12%, provocando uma perda do direito de arrecadação do Município de repasse de verbas federais e estaduais em 6%. A situação gerou polêmica e colocou em xeque o entendimento dos vereadores sobre o que estariam votando.

No vídeo, um trecho da audiência pública realizada no dia 27 de setembro, para debater a LOA (Lei Orçamentária Anual) 2024, traz uma fala do secretário de Finanças, Thales Satim, que aponta para a falha dos parlamentares. “Vocês tiraram de 18% e colocaram para 12% a possibilidade de crédito adicional suplementar, ou seja, o que o Município pode receber através de aumento, de emendas. Se o Governo Federal ou o Estado quiser mandar 17% a mais do que o Município arrecada, só pode mandar 12%. Vocês tiraram do Município um poder de



O plenário da Câmara de Cachoeira Paulista; votação de vereadores gera debate por arrecadação de verbas

arrecadação de 6%”, frisou Thales.

A reportagem do **Jornal Atos** entrou em contato com o secretário de Finanças e com o presidente da Câmara, Léo Fênix (PSB), para tentar entender o problema com a emenda e a possível perda do poder de arrecadação da cidade.

A confusão estaria na diferença entre o crédito

suplementar e percentual de transferência, ou seja, do valor encaminhado por verbas externas (federais ou estaduais) com o remanejamento de valor contido no orçamento.

Segundo Satim, a alteração está na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, portanto o percentual de 12% de crédito suplementar será válido para o próximo

ano. Contudo, uma nova modificação pode ocorrer a qualquer momento, dependendo apenas do processo legislativo. “Mandamos o projeto conforme sempre foi feito, com o percentual de 18% de crédito suplementar adicional, ou seja, recursos extras que podem vir tanto da esfera federal quanto da estadual”, destacou o secretário, que revelou que

a mudança de 18% para 12% foi feita com o objetivo de fazer uma crítica à época que ele (Satim) era vereador. “Quiseram fazer uma crítica sobre o período em que eu era vereador, dizendo que eu defendia que eram só 10%, e que agora a gente estava trabalhando com 18%, mas não é isso. O que eu defendia e defendo é que o índice percentual de transferência, remanejamento e transposição, isso é uma questão administrativa, financeira, que todas as gestões públicas têm, de utilizar o recurso público. Defendi 10% e ficou em 10% nesses três anos de gestão. Eles fizeram confusão e diminuíram esse índice de crédito suplementar, e isso ficou na LOA”, completou Satim.

Na Câmara, Léo Fênix lembrou que a LDO estabelece critérios para a elaboração do orçamento do ano seguinte, onde o Executivo propõe uma lei, fixando onde e quanto vai gastar. “Essa lei precisa ser aprovada pela Câmara, depois de ampla discussão e participação popular. São realizadas audiências públicas e inúmeras reuniões das comissões para chegarmos a um orçamento que atenda as demandas da cidade”, frisou o presidente. Ainda de acordo com

Fênix, o Executivo propôs a possibilidade dele, por si só, alterar unilateralmente o orçamento aprovado pela Câmara, por meio de crédito adicional suplementar até o limite de 18%. “O Executivo propôs um orçamento que foi dado publicidade e discutido. No entanto, cria um dispositivo que possibilita a ele mudar esse orçamento em até 18% sem discussão e sem a publicidade dada pela Câmara. O que nós fizemos foi elaborar uma emenda que reduz essa possibilidade de alteração do orçamento de forma unilateral pelo Executivo, de 18% para 12%”.

Com a emenda, as alterações do orçamento aprovado pela Câmara, quando extrapolarem os 12%, precisarão de autorização legislativa.

“Não houve qualquer limitação ou impedimento do recebimento de recursos, apenas se garantiu que o orçamento discutido e aprovado fosse mais estritamente cumprido. Em caso de necessidade, o orçamento pode sim ser alterado, mas se a alteração for maior que 12% será necessário que a Câmara autorize, nos dando maior publicidade e participação no orçamento municipal”, entendeu Fênix.

Aparecida lança Refis para alavancar arrecadação

Moradores têm até o dia 20 para adesão; ação oferece anistia sobre juros e multas de dívidas com impostos municipais

Foto: Arquivo Atos



Sede da Prefeitura de Aparecida, que adota Refis para contribuintes que estão em débito com o Município

Lucas Oliveira
Aparecida

Os moradores de Aparecida que possuem dívidas com impostos municipais receberam uma boa notícia no último fim de semana. A Prefeitura lançou o Refis (Programa de Incentivo à Regularização Fiscal), que concede anistia sobre juros e multas de pendências.

Em um comunicado publicado em suas redes sociais, a Prefeitura informou que os contribuintes que possuem dívidas relacionadas à falta de pagamento de tributos locais como o IPTU (Imposto

Predial e Territorial Urbano), ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) e ITBI (Impostos de Transmissão de Bens Imóveis), poderão negociá-las até o próximo dia 20 e obter descontos.

O Refis proporciona aos contribuintes que não pagaram os impostos municipais até o fim do ano passado as três seguintes oportunidades: desconto de 100% sobre juros e multas para pagamento à vista; desconto de 90% sobre juros e multas para pagamento parcelado em duas vezes e desconto de 80% sobre juros e multas para pagamento dividido em três parcelas.

Os interessados em aproveitarem a chance concedida pelo Executivo precisam comparecer no setor de Dívida Ativa da Prefeitura de Aparecida, que fica na rua Professor José Borges Ribeiro, 167, no Centro. O atendimento na unidade ocorre de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h.

A reportagem do **Jornal Atos** solicitou à Prefeitura de Aparecida informações relacionadas à expectativa de arrecadação com o Refis e o atual valor da dívida ativa municipal, mas nenhuma resposta foi encaminhada até o fechamento desta edição.

Morte de idoso atropelado por trem reforça pedido por segurança em área cortada por ferrovia, em Cruzeiro

Acidente na região central é o segundo em um mês; passagem de nível na Otávio Ramos é foco de ação

Foto: Kassiane Ribeiro

Lucas Oliveira
Kassiane Ribeiro
RMVale

A morte de um idoso de 60 anos, atropelado por um trem, na noite da segunda-feira (3), voltou a colocar em destaque a estrutura de segurança na linha férrea que corta Cruzeiro. O acidente, na região central, foi o segundo do tipo registrado na cidade em menos de um mês.

De acordo com o Corpo de Bombeiros, a vítima, que não teve a identidade divulgada, foi atropelada por volta das 19h, enquanto tentava atravessar uma passagem de nível da linha férrea na rua Capitão Otávio Ramos. A principal suspeita da corporação é que o idoso tenha demorado em notar a aproximação do trem, o que o impossibilitou de deixar os trilhos a tempo.

Acionados por pedestres que presenciaram o acidente, bombeiros foram até o

local, onde verificaram que a vítima estava com os braços fraturados, tórax ferido, parte do cérebro exposta e sofrendo uma parada cardiorrespiratória. Encaminhado às pressas para a Santa Casa de Cruzeiro, o idoso morreu instantes depois de dar entrada na unidade.

A Polícia Civil registrou o caso como morte acidental. Em nota oficial, a MRS Logística, concessionária que administra a malha ferroviária do estado de São Paulo, informou que o trem circulava na velocidade permitida para o trecho e que houve o acionamento do freio de emergência, porém não foi possível evitar a colisão, dado que devido ao peso e ao tamanho da comitiva, necessitava de mais tempo para sua parada total. A reportagem do **Jornal Atos** questionou à MRS se a empresa pretende promover alguma ação para evitar novos incidentes na passagem de nível da rua



Travessia de pedestre na linha férrea de Cruzeiro; após acidente, discussão sobre segurança entra em pauta

Capitão Otávio Ramos, mas nenhuma resposta foi encaminhada até o fechamento desta edição.

Para quem utiliza a passa-

gem, as opiniões sobre a segurança na área da ferrovia também divergem. A dona de casa Teresinha da Silva Moreira, 66 anos, mora no

bairro Itagaçaba e utiliza a passagem com frequência. Para ela, a morte do idoso está mais para um caso isolado. “Passo por aqui de

vez em quando, só quando tenho alguma coisa para fazer aqui no Centro. Aquilo foi uma fatalidade mesmo, a pessoa não devia estar bem... As coisas acontecem, mas às vezes a pessoa procura com as próprias mãos”.

O técnico de organização escolar, Hilton Mário Amaral, 37 anos, acredita que algo precisa ser feito. Morador do Centro, ele trabalha no Itagaçaba e não se sente seguro. “Acho que poderia ser melhor para facilitar para o pessoal, nem sempre tem a sinalização para avisar. Algumas vezes fica algum guarda aqui, que pede para esperar e tudo, mas nem sempre ele está. Acho meio complicado”.

Este foi o segundo atropelamento por trem registrado na cidade em um intervalo de apenas 27 dias. No dia 5 de setembro, uma mulher de 43 anos ficou gravemente ferida após ser atingida na passagem da linha férrea na rua Nossa Senhora Auxiliadora, no bairro Regina Célia. A vítima não percebeu a aproximação do trem, pois utilizava fones de ouvido. A mulher, que teve lesões na cabeça e no ombro, segue se recuperando do acidente.

Prefeitura embarga obras clandestinas em área de risco em encostas de Caraguá

Polícia Militar Ambiental reforça fiscalização; responsáveis por seis construções irregulares são multados

Lucas Oliveira
Caraguatatuba

Uma operação conjunta entre a Prefeitura de Caraguatatuba e a Polícia Militar Ambiental flagrou na quarta-feira (4) obras irregulares no bairro Jardim Santa Rosa. Além de não contarem com licença municipal, as construções eram realizadas em uma área de risco para deslizamentos.

De acordo com a Prefeitura, a equipe da secretaria de Urbanismo e policiais militares ambientais fiscalizaram todas as vias do Jardim Santa Rosa, na tentativa de evitarem o avanço de obras clandestinas. Em um trecho do bairro, que sofre com alagamentos e é considerado pela Defesa Civil de risco para deslizamentos, o grupo constatou que seis imóveis estavam sendo erguidos de forma irregular. Os responsáveis foram multados

e as edificações embargadas.

Segundo a secretaria de Urbanismo, a operação promovida no Jardim Santa Rosa faz parte das ações do programa municipal "Obras Regulares", que desde 2021 combate construções clandestinas na cidade e busca prevenir possíveis desabamentos. Durante as vistorias, os fiscais verificam se a documentação e o projeto técnico da obra atendem às exigências legais e se o terreno é adequado.

Segundo o secretário de Urbanismo, Wilber Cardozo, novas operações de fiscalização serão realizadas em breve em outros pontos do município. "Como estamos vendo as mudanças climáticas e aumento em eventos climáticos extremos, vamos intensificar nossas fiscalizações, assim fortalecendo os trabalhos que vêm sendo executados por nossa Defesa Civil".



Construção irregular realizada em área de risco de Caraguatatuba; operação realizada pela Prefeitura e Polícia Ambiental evita avanço de obras

Após paralisação, Novelis e Sindicato continuam queda de braço por aumento salarial em Pinda

Bruna Silva
Pindamonhangaba

A paralisação de funcionários da fábrica Novelis, na quarta-feira (4), colocou mais pressão sobre a direção da empresa na queda de braço com o Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba pela campanha salarial. A ação faz parte de estratégia sindical para garantir adequação dos valores na realidade econômica para a categoria.

O atraso no turno da manhã durou cerca de uma hora, com adesão total, de acordo com o Sindicato, nos três turnos.

Segundo o Sindicato, o índice de inflação da categoria é de 4% e a data-base 1º de setembro. A categoria afirmou ainda que os atos contam a



Paralisação de funcionários da Novelis; sindicato pressiona empresa

Foto: Reprodução Sindmete

adesão total dos trabalhadores. O objetivo é pressionar as bancadas patronais nas negociações com a Federação dos Metalúrgicos da Central Única no Estado de São Paulo.

Para o presidente do Sindicato, André Oliveira, depois de dois anos de inflação alta, neste ano a busca pelo aumento real do salário deve ser intensificada. "Hoje com inflação controlada, vamos

buscar o aumento real de salário, aquele reajuste além da inflação, olhando sempre como está a sua produtividade e com responsabilidade sobre os empregos", ressaltou.

Somente na planta de Pindamonhangaba, a Novelis emprega 1,5 mil pessoas. Ainda nesta semana outras duas fábricas fizeram paralisações, a Latasa e a Incomisa, que empregam juntas mais

de quinhentos trabalhadores.

Procurada pela reportagem do *Jornal Atos*, a Novelis não se aprofundou sobre os protestos, mas garantiu que mantém conversas com a categoria. "A Novelis informa que as negociações de reajuste para os profissionais de sua fábrica em Pindamonhangaba, entre a FEM CUT (Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da CUT/SP) e o Sindicel, ainda estão em andamento. A Novelis reforça que respeita as atividades desenvolvidas pelos sindicatos de classe e preza pelo diálogo transparente entre as partes".

PARABÉNS

A cada dia, um novo motivo para amar nossa cidade.

Cruzeiro 122

Bem-estar é uma das prioridades em Cruzeiro. Por isso, a cada ano a população conta com cada vez mais parques lineares, espaços de lazer e saúde, pontos turísticos recuperados e diversas outras melhorias por toda a cidade, além de novas creches e obras nos quatro cantos, sempre priorizando as necessidades dos cidadãos.

Parabéns por mais um ano fazendo história, Cruzeiro!
#EuCruzeiro

Cruzeiro

anistia SAEG

Programa de quitação de dívidas de tarifas de água, esgoto e taxa de lixo. Anistia de Juros e Multa com redução de até 100%.

Adesão de 04 de setembro a 20 de outubro

Saiba como conseguir o seu desconto em www.saeg.net.br ou através do QRCode ao lado.

SAEG